

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS - CNM**

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO DE 1930 A 1945:  
CONTRIBUIÇÕES E DEFICIÊNCIAS DO GOVERNO VARGAS**

**JULIANA DE OLIVEIRA GIEREMEK OLIVEIRA**

**FLORIANÓPOLIS (SC), FEVEREIRO DE 2013.**

**JULIANA DE OLIVEIRA GIEREMEK OLIVEIRA**

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO DE 1930 A 1945:  
CONTRIBUIÇÕES E DEFICIÊNCIAS DO GOVERNO VARGAS**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: \_\_\_\_\_

Professor Dr. Marcos A. Valente

Florianópolis (SC), Fevereiro de 2013.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 à aluna **JULIANA DE OLIVEIRA GIEREMEK OLIVEIRA** na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcos A. Valente  
Orientador – CNM/CSE/UFSC

---

Prof. Dr. Felipe Amin Filomeno  
Membro 1 – CNM/CSE/UFSC

---

Prof. Saulo de Castro Lima  
Membro 2 – CNM/CSE/UFSC

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que proporcionaram meu estudo em uma universidade pública e de qualidade, tendo grande mérito meus professores do ensino fundamental e médio, meu pai que conseguiu me manter em bons colégios por toda minha infância e adolescência, e minha mãe que sempre esteve ao meu lado, dando todo o apoio em todas minhas decisões, inclusive esta que parecia impossível: estudar em outro estado sem o apoio de nenhum amigo ou familiar, agradeço pelo carinho e compreensão maternos rotineiros.

Meu agradecimento especial ao professor Marcos Valente que pacientemente soube me ouvir e orientar no decorrer do trabalho, e a todos os outros mestres da instituição.

Agradeço, finalmente, ao meu esposo Nelson por todo o incentivo e amor, sem eles seria mais difícil seguir não somente no mundo acadêmico, mas em toda a vida.

“Presidente, por que o senhor não faz isso agora?”  
Getúlio: “Mudar para quê? Mudar para onde?”

Walther Moreira Salles

## RESUMO

OLIVEIRA, Juliana de Oliveira Gieremek. **O desenvolvimento econômico no período de 1930 a 1945**: contribuições e deficiências do governo Vargas. Florianópolis, 2013. 52 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico.

O presente trabalho tem como objetivo descrever como se entendia o desenvolvimentismo na Era Vargas e o que foi feito na tentativa de alcançá-lo. É de grande importância, também, contextualizar o período para que se verifique qual o objetivo que levou a determinadas ações governamentais. Para isso, será apresentada a compreensão do que foi o processo de constituição do Estado Nacional juntamente com a identificação da Política Econômica adotada entre 1930-1945 e a de todos os subperíodos encontrados dentro deste. Discutir a Trajetória da Industrialização Brasileira (nascimento, consolidação, industrialização restringida) é o objetivo, resultando na análise a ideologia industrializante no Brasil.

**Palavras chave:** Vargas; Desenvolvimentismo.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Juliana de Oliveira Gieremek. **O desenvolvimento econômico no período de 1930 a 1945: contribuições e deficiências do governo Vargas.** Florianópolis, 2013. 52 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico.

This paper aims to describe how to understand developmentalism in Vargas and what was done in an attempt to reach him. It is of great importance also contextualize the period for which it is established with the goal that led to certain government actions. This will be presented to understand what was the process of constitution of the National State along with the identification of economic policy adopted between 1930-1945 and all sub-periods found within this. Discuss the trajectory of Brazilian Industrialization (birth, consolidation, restricted industrialization) is the goal, resulting in the analysis ideology industrialization in Brazil.

**Keywords:** Vargas; Developmentalism.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BNDE** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

**CSN** – Companhia Siderúrgica Nacional

**DASP** – Departamento Administrativo de Serviço Público

**ELETRORAS** – Centrais Elétricas Brasileiras

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**JK** – Juscelino Kubitschek

**PETROBRAS** – Petróleo Brasileiro

**SUMOC** – Superintendência da Moeda e do Crédito



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Participação percentual no total de exportação brasileira nos principais produtos cíclicos em alguns decênios típicos no período de 1820-1930.....	17
Quadro 2: Variações anuais (%) dos índices do produto real do Brasil. Período 1926-1940...	18
Quadro 3: Índices setoriais. Período 1900-1947.....	20
Quadro 4: Café destruído pelo governo federal e produção nacional 1931-1945.....	29
Quadro 5: Inversões diretas dos EUA no Brasil.....	30
Quadro 6: Investimentos e financiamentos estrangeiros no Brasil.....	43

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>A IMPORTÂNCIA DA ERA VARGAS.....</b>	<b>10</b>
1.1	INTRODUÇÃO.....	10
1.2	FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA .....	12
1.3	OBJETIVOS.....	14
1.3.1	Objetivo geral .....	14
1.3.2	Objetivos específicos.....	14
1.4	METODOLOGIA .....	14
<b>2</b>	<b>PRECEDENTES DA ERA VARGAS .....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>A POLÍTICA DO ESTADO NOVO .....</b>	<b>222</b>
<b>4</b>	<b>A ECONOMIA DE 1930 À 1945 .....</b>	<b>299</b>
<b>5</b>	<b>AS NOVAS NORMAS SOCIAIS.....</b>	<b>355</b>
<b>6</b>	<b>A SUCESSÃO DO ESTADO NOVO.....</b>	<b>411</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>

# 1 A IMPORTÂNCIA DA ERA VARGAS

## 1.1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil, a partir de 1930, identifica a formação de uma ideologia industrializante que se fundamenta em alguns elementos. Primeiramente, essa ideologia está baseada na ideia de desenvolvimentismo do país, a qual se concretizava por países industriais – já que se passava a vincular à indústria a ideia de progresso – que possibilitaram a parcial superação do subdesenvolvimento brasileiro. Por conseguinte, essa ideologia também é alicerçada pela necessidade veemente de intervenção do Estado na economia, dada a característica nacionalista exercida pelo Estado neste período para que sejam criadas as bases de desenvolvimentismo.

Ainda dois outros fatores históricos possibilitam que essa ideologia fosse originada e difundida em termos industriais, são eles: primeiro há a utilização da capacidade ociosa da indústria nos anos 20 e a crença no crescimento industrial sucessivo. Em segundo lugar, o Estado cria um arcabouço regulatório capaz de controlar a atividade econômica, o que fornece legitimidade no processo de intervenção e ação estatal.

Para detalhar os reflexos e a criação do arcabouço regulatório do Estado, vale ressaltar que a ideologia industrializante formada no período de 1930-1945 possibilitou a criação de um Estado Nacional e de um Estado Capitalista visando à industrialização (que anteriormente tinha como foco praticamente total o modo de produção agroexportador), na medida em que houve a legitimação da participação social em toda a política desenvolvimentista implantada pelo Estado. É justamente esta aceitação popular, baseada na ideologia industrializante que permite a constituição do Estado no Brasil no período anunciado. Tanto a Revolução de 30 quanto o Golpe de 37 dão ao Estado a possibilidade de estruturar o Estado Nacionalista concomitante a um Estado Capitalista. O Estado Capitalista é formado a partir do instante em que as bases para acumulação do capital produtivo estão postas através da regulamentação das leis de trabalho, o controle da ação dos sindicatos e os investimentos em infraestrutura através do incentivo e crédito destinados à comunicação, transporte e energia.

No entanto, na mesma via se constituiu a formação de um Estado Nacional que possibilita ao governo delinear o espaço de soberania nacional, e por outro lado o Estado passa a controlar todos os mecanismos econômicos através do Banco do Brasil que desempenha um papel de agente fiscal, banco comercial e Banco Central.

Os conselhos, como o Conselho Nacional do Petróleo e o Conselho de Minas e Metalurgia, possibilitaram ao Estado intervir nas relações industriais com o intuito de promover o crescimento econômico do país através de regulações para indicar fundamentos para financiamentos e gastos públicos. Os Institutos, como o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool e do Sal, possibilitaram ao Estado regulamentar a atividade agrária, além do IBGE que com sua criação em 1938 possibilitou ao Estado ter posse de uma base estatística que ajudasse na tomada de decisão. A criação do DASP (Departamento Administrativo de Serviço Público) em 1938 possibilitou ao Estado a capacidade de direcionar o orçamento.

É possível a argumentação que no período de 1930-1945 o Estado se constituiu de forma nacionalista em virtude da criação, regulamentação e controle de todos os mecanismos de acumulação de capital como os salários, o crédito, as taxas de juros e o câmbio, além de formalizar uma máquina burocrático-administrativa capaz de controlar todos os setores da atividade industrial e todas as classes sociais.

Mensurando os dados expostos acima, segundo Draibe (2004), a ossatura material é a formação estrutural de um Estado com capacidade de incentivar e fundamentar a política desenvolvimentista industrializante também demonstra a intervenção do Estado na economia, caracterizando um Estado ativo, participativo, desenvolvimentista, industrializante e, acima de tudo, controlador, autoritário e Nacional. Expressando sua idéia de atuação do Estado no período estudado, Draibe (2004, p. 99) conclui:

As correlações de forças que se estruturam ao longo do período 30-45 constituíram-se, sem dúvida, a base social e política sobre a qual se estabeleceram, simultaneamente, as possibilidades da ação intervencionista e seus limites, que se expressavam na própria materialidade do aparelho econômico e de seu âmbito de atuação. Entretanto, sobre essa base estrutural, se definiu e tomou forma uma direção econômica estatal que sintetizou os diferentes interesses sociais sobre os quais se erigia com autonomia, mas não se reduzia a eles, como se fosse um somatório de elementos, pressões e conflitos que o Estado haveria de contemplar.

Um dos pontos fundamentais para reconhecer a Era Vargas como um período de forte reconhecimento histórico de grande significância para o desenvolvimento da Nação é a Revolução de 30, onde o Estado toma uma conotação intervencionista e nacional incentivando a industrialização e fundamentando as bases para acumulação capitalista via produção industrial, conforme explica Bielschowsky em “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento”. A Revolução se desencadeia quando Getúlio é levado ao poder, em outubro de 1930, mas esta não significou a mobilização de massas, e sim uma briga de interesses entre elites (elite agro versus elite militar), resultando na existência de uma hegemonia de classes industriais e agroexportadoras que será notada no desenvolvimento econômico de todo período em questão, e irá impor direcionamentos políticos com o objetivo de promover o processo de industrialização.

## 1.2 FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A Era Vargas foi de cunho populista, e esta é uma das razões para que surjam diversas críticas fundamentadas no modo de direcionamento do governo na época. O nacionalismo e a intervenção do Estado na economia foram algumas das principais razões que priorizaram o setor industrial através de propostas de alteração nas estruturas sócio econômicas.

A falta de investimentos prévios para a construção de indústrias de base dificultou a expansão industrial que era uma novidade para o momento. O Estado se vê obrigado a adotar uma nova forma política de intervir na economia. Se até então o Estado organizava e centralizava, intensificando os processos econômicos já existentes, a partir daquele momento ele passou, através da instalação de novas indústrias estatais, para o papel de investidor, ampliando as bases produtivas e melhorando a infraestrutura para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Além dessas formas de intervenção do Estado, ele pôde se fortalecer assumindo o papel de instrumento de realização de interesses já diferenciados: das oligarquias rurais, quer ligadas à exportação, quer ao mercado interno; da burguesia industrial que se ia desenvolvendo sob sua proteção.

Dentro deste contexto é importante perceber em qual cenário econômico o Governo Vargas estava inserido para assim justificar/discordar de suas ações políticas. Aparentemente

o Brasil estava sem grande preparação concreta para assumir um desafio industrial, e é neste sentido que cabe a verificação das atuações políticas, econômicas e sociais dentro das condições dadas.

O capitalismo tardio trouxe sérios prejuízos para economia nacional, interferindo diretamente na posição assumida pelo Brasil nos dias de hoje em que estamos bem alocados mundialmente perante nossos pares emergentes ao tratarmos de questões econômicas, porém, poderíamos estar em posição ainda melhor caso os vestígios coloniais não tivessem sido tão marcantes em nosso passado.

Muito se ouve falar do governo de Getúlio Vargas. Críticas positivas e negativas são postas em discussões geralmente direcionadas para a questão do desenvolvimento econômico. Analisando através da ótica industrializante da época, o desenvolvimento está totalmente relacionado à questão industrial, que teve um significativo salto qualitativo e quantitativo no período compreendido entre 1930-1945.

O período estudado, portanto, tem uma imensa importância para o Brasil por ter criado bases econômicas sociais para o início de uma nova fase do modo de produção que tentaria, com eficácia restrita, compor deficiências de cunho capitalista que não foram trabalhadas em períodos anteriores.

A forma com que Vargas dirigiu seu governo deve ser estudada na tentativa de compreensão do cenário instalado, pois ela trará os indicadores que levaram a determinada ação e, com eles, a possibilidade de reconhecimento do principal objetivo a ser alcançado.

A justificativa do trabalho se dá pelo forte impulso que a questão industrial trazida pela Era Vargas causou na economia, diferentemente do período anterior representado pela República Velha que manteve por um longo período, e sem grandes oscilações, uma economia agroexportadora. Todas as políticas adotadas neste governo interferiram direta ou indiretamente na política industrial da época, e em virtude disso merecem grande atenção por terem sido a base para a política industrial que se desenvolveu ao longo do processo de industrialização brasileiro.

Sendo assim, pergunta-se quais políticas foram adotadas buscando o desenvolvimento econômico de 1930 a 1945 e a relevância do período para a sociedade.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo geral

Esta pesquisa tem como objetivo descrever o nascimento do desenvolvimentismo no Brasil na Era Vargas. Para fortalecer esta descrição recorre à mudança de foco econômico no período, diminuindo gradativamente a importância da agroexportação para a economia brasileira.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- Compreender a economia brasileira desde o início do século XX focando o modo de produção;
- Identificar políticas adotadas entre 1930-1945 que culminaram em um processo desenvolvimentista;
- Discutir a Trajetória da Industrialização Brasileira (nascimento, consolidação, industrialização restringida) com breves relatos políticos e econômicos antes e pós-período de foco, 30 a 45, com a intenção de contextualizá-lo;

## 1.4 METODOLOGIA

Ao adotar a metodologia de análise de um período, este trabalho seguirá a linha de informe bibliográfico comentado, ou seja, obras de diversos autores serão expostas com o objetivo de examinar o que foi a Era Vargas, as falhas e reconhecimentos do governo. Para

isso será utilizado como base o estudo de Mark Bevir, professor de Teoria Política na Universidade de Newcastle Upon Tyne.

Um dos livros mais conhecidos de Mark Bevir tem como título “A Lógica da História das Ideias”, nele o autor explora métodos de estudos vinculados ao uso da interpretação para desvendar as ciências humanas, ou seja, um mesmo assunto pode dispor de inúmeras abordagens e, ao personalizar para este trabalho, serão identificadas tanto questões positivas quanto negativas do Governo Vargas. Certamente na época em questão havia opositores que enfatizavam as fraquezas do governo, enquanto simpatizantes buscavam destacar as benfeitorias. Um trabalho sobre o período pode, portanto, escolher uma das opiniões para seguir sua linha de pesquisa.

Além da questão interpretativa, Bevir defende o uso de um contexto para expor ideias, para analisar determinado assunto é necessário conhecer, por exemplo, como vivia a sociedade e quais eram as prioridades da mesma, mesmo que a reprodução deste conhecimento não seja completamente fidedigna à realidade, pois a pessoa que está estudando o assunto está a se basear em informações de pesquisadores que até podem ter vivido na época, mas o enfoque dado fica a seu juízo, além do que a perfeita reprodução do passado é praticamente impossível.

Este trabalho buscará seguir a sequência de primeiramente identificar claramente o objeto de estudo (já determinado anteriormente), encontrar a melhor maneira de fazer a exposição do tema para, a caminhos da conclusão, encontrar as respostas que estavam sendo questionadas.

Há de se deixar o trabalho com o menor grau de juízo de valor possível, livre de intenções direcionadas e de crenças, para trazer à discussão a consequência puramente advinda de sua real causa.



## 2 PRECEDENTES DA ERA VARGAS

Para começar a discussão sobre o processo de iniciação da industrialização no Brasil, de acordo com a metodologia intencionalista, será necessário partir não somente do período da análise em questão, mas sim do cenário que permitiu que a “Era Vargas” se formasse. Para isso, o primeiro texto base a ser abordado é a obra de Sérgio Silva, “Expansão Cafeeira e Origem das Indústrias no Brasil” com o objetivo de introduzir em quais condições o período de 1930-1945 foi formado.

Os principais fatores dominantes do processo de nascimento do capitalismo industrial no Brasil foram a abolição progressiva da escravatura (exemplificada pela lei do ventre livre e lei do sexagenário) por formar um mercado de trabalho assalariado concomitante a formação de um mercado consumidor, mesmo com a dificuldade de incorporação dessa mão de obra em virtude do preconceito e do excesso de oferta de trabalhadores; o processo migratório para diminuir o problema de escassez de mão de obra; o capital excedente formado pelo café destinado às atividades industriais; políticas de valorização do café como o Convênio de Taubaté em 1906 (a superprodução de café foi reforçada pela desvalorização cambial doméstica, onde os produtos importados tiveram seus preços majorados, estimulando a indústria interna de bens de consumo não duráveis e de insumos e desincentivando a indústria de bens de capital e bens de consumo duráveis, pois necessitavam de importações). Este último fator pode explicar o motivo da não formação de um capitalismo industrial forte, estabelecendo-se entre o final do século XIX e início do século XX apenas o nascimento das atividades industriais.

A base da política econômica do “Estado Novo” é o sistema industrial. Na República Velha (1889-1930), a economia brasileira era fundamentada na agroexportação, que por sua vez permitia do o Brasil importasse bens para consumo. Eram as exportações de poucos produtos primários (*commodities* agrícolas como açúcar, algodão, café, borracha, etc.) que ditavam o ritmo de crescimento da economia brasileira (SOSA DE LEON, 2004).

Participação percentual no total de exportação brasileira dos principais produtos  
cíclicos em alguns decênios típicos no período de 1820 – 1930

Decênio	café	algodão	cacau	borracha	açúcar
1821-1830	18,6%	19,9%	0,4%	0,1%	32,2%
1861-1870	45,2%	18,3	0,9%	3,1%	12,0%
1891-1900	63,8%	2,4%	1,5%	15,8%	5,6%
1901-1910	51,4%	2,1%	2,8%	27,9%	1,2%
1921-1930	69,5%	2,4%	3,1%	2,5%	1,4%

Quadro 1: Participação percentual no total de exportação brasileira dos principais produtos cíclicos em alguns decênios típicos no período de 1820 – 1930

Fonte: BRUM, Argeniro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1983, p. 27.

A indústria iniciou seu dinamismo com um aumento significativo da produção industrial, antes da Primeira Guerra Mundial, mas ainda sem grande expressão, resultado parcial da influência de uma política protecionista expressa através do estabelecimento de tarifas cobradas parte em ouro, um fator marcante de proteção para impedir a concorrência estrangeira. Entre 1910 e 1914 é nítido o crescimento em relação à indústria, liderado pelo "Conselho Monetário", proporcionando um maior equilíbrio da moeda estrangeira usada para aquisição de matérias-primas vislumbrando o desenvolvimento industrial. Esta situação pode ser considerada como um precedente relevante para a implementação de medidas a serem realizadas na década de 50 para promover o setor secundário (SOSA DE LEON, 2004).

Mudanças na estrutura social, caracterizadas consolidação da burguesia e do proletariado, juntamente com a ascensão da classe média, propiciaram o início de lutas trabalhistas, a urbanização (gerando êxodo rural) e a emancipação feminina, mas ainda tímida. O empresariado passa a ter mais importância, forçando sua presença na política juntamente com os cafeicultores e diferentemente da burguesia brasileira que ainda não tinha grande representatividade no setor político, mas que foi ganhando espaço ao longo dos anos, assim como a camada média representada pelo Tenentismo (FAUSTO, 1981).

A Grande Depressão (1929 a 1933) gerou grandes prejuízos para a cafeicultura e, portanto, para toda a economia brasileira (conjugados à questão da superprodução), pois ela sujeitava-se às condições do mercado externo, o que gerou uma conscientização da dependência que o Brasil tinha da política cafeeira voltada em quase sua totalidade para o mercado internacional, ou seja, a vulnerabilidade de uma economia agroexportadora. A

Revolução de 30 acaba sendo um marco divisor entre o pensamento de duas oligarquias com interesses diferentes, fortificando a necessidade de mudança política, econômica e social.

A Grande Depressão de 1929 acirrou o déficit no balanço de pagamentos, conforme aponta Marcelo de Paiva Abreu em sua obra “A Ordem do Progresso – Cem Anos de Política Econômica Republicana”, em virtude da queda das exportações que gerou queda na balança comercial e diminuição de divisas que por sua vez gerou queda na conta capital. A elite agroexportadora é afetada negativamente em virtude principalmente da queda do preço do café e da exportação do café, de menor impacto econômico e menor duração quando comparado com outros países em virtude da manutenção de renda exercida pelo governo federal via estocagem e queima do café na década de 30 até 1945. A classe industrial também é afetada pela crise de 29, pois com a desvalorização da moeda doméstica, torna-se inviável a importação de bens intermediários para a indústria. O quadro seguinte apresenta as variações dos índices do produto real do Brasil, tendo como observação relevante o percentual negativo entre 1929 e 1931, representando a Grande Depressão dos anos 30.

Variações anuais (%) dos índices do produto real do Brasil.

Período 1926-1940

Anos	Variações do produto real
1926	2,2
1927	9,2
1928	14,3
1929	-0,2
1930	-4,5
1931	-3,0
1932	2,7
1933	12,8
1934	8,9
1935	4,7
1936	12,2
1937	3,7
1938	5,1
1939	3,9
1940	1,3

Quadro 2: Variações anuais (%) dos índices do produto real do Brasil. Período 1926-1940.

Fonte: ROSSETTI, José Paschoal. *Economia Brasileira*. São Paulo, Atlas, 1983, p. 47.

Entretanto, não é correto afirmar que as indústrias nasceram da crise cafeeira, pelo contrário, a industrialização brasileira se deu nas atividades do complexo cafeeiro, atendendo parcialmente as demandas do setor, tanto é que várias famílias que se iniciaram como industriais brasileiros estavam relacionadas à economia do café, além de imigrantes que iniciaram como comerciantes e passaram depois de um tempo para o setor industrial. Esta situação pode ser esclarecida no quadro a seguir, onde estão demonstrados os índices setoriais de 1900 a 1947, quando houve o crescimento tanto do setor agrícola, quanto do setor industrial, mostrando que não houve o estaque da economia agroexportadora, muito pelo contrário, esta cresceu, acompanhando a evolução da economia brasileira de cunho industrial e mostrando a resistência dos agroexportadores em mudar fortemente o foco para a industrialização, permanecendo com o modo de produção costumeiro.

Índices setoriais  
Período 1900 – 1947

	Agricultura	Indústria
1900	27,7	11,0
1910	40,3	18,8
1913	40,5	22,9
1920	53,3	34,2
1929	76,9	53,7
1947	117,1	170,2

Quadro 3: Índices setoriais. Período 1900-1947.

Fonte: FERNANDEZ, O.S. *A evolução da economia brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1976, p.106.

Os principais bens produzidos inicialmente na indústria eram bens de consumo leve como produtos têxteis, alimentícios e bebidas, representando cerca de 80% do valor da produção industrial do país. Em menor quantidade estavam as indústrias que produziam acessórios para os setores principais, instrumentos de trabalho agrícola e peças para estradas de ferro (SUZIGAN, 1986).

Dentre os principais acontecimentos que precederam o governo de Vargas, tem-se saída de Washington Luís do governo, apoiando a candidatura do paulista Júlio Prestes, pertencente à oligarquia cafeeira, dominante até então. Este amparo resultou na união de Minas Gerais com outros estados menores para se opor ao estado de São Paulo representado por Júlio Prestes, surgindo como líder dessa união o candidato Getúlio Vargas, então governador do estado do Rio Grande do Sul, e como vice-presidente, João Pessoa, então governador do estado da Paraíba. Esta união fortifica significativamente a oposição ao governo de São Paulo. Mesmo com a posição aparentemente majoritária de apoio ao candidato Vargas, a eleição naquela época era fortemente manipulada, trazendo ao poder o candidato paulista Julio Prestes. Entretanto, a "Aliança Liberal" de Getúlio Vargas levanta a tomada violenta do poder, a decisão é acelerada em razão do assassinato do candidato à vice-presidência, João Pessoa na Paraíba. Com o golpe, a oligarquia paulista foi derrotada e Vargas assume o cargo em novembro de 1930 e permanece nele até 1945, quando renunciou (SOSA DE LEON, 2004).

Alguns problemas foram notados mesmo antes da Revolução de 30 e deveriam ser analisados pelo governo após a deposição de Washington Luís, problemas estes como o processo eleitoral, a falta de proteção à indústria nascente, o sistema educacional da sociedade, a maneira com que o governo deveria agir com relação às atividades econômicas incipientes, a necessidade de uma reorganização do Estado a fim de dividir de maneira mais singular as estruturas governamentais, a formalização das relações trabalhistas e a regulação de uma política que aproveitasse as riquezas minerais de uma melhor forma.

### 3 A POLÍTICA DO ESTADO NOVO

O assunto a ser explorado neste momento são os parâmetros políticos da Revolução de 1930, dentre eles discute-se a ruptura da política café com leite (na qual São Paulo era o maior produtor de café e Minas Gerais o maior produtor de leite) pelo presidente Washington Luis, indicando como candidato à Presidência da República o paulista Júlio Prestes. Entretanto, o candidato natural seria o mineiro Antonio Carlos de Andrade e Silva. Tal procedimento gerou revolta nas oligarquias divergentes que se juntaram a outros estados a fim de formar a Aliança Liberal lançando como candidato Getúlio Vargas. Júlio Prestes ganha as eleições, mas a Revolução de 30 impede sua posse, ela se desencadeia quando Getúlio é levado ao poder em outubro de 1930. Esta não representa a mobilização de massas, mas sim uma disputa de interesses entre a elite agroexportadora cafeeira e a elite militar, resultando na retirada da elite agroexportadora do poder, findando com a vitória da classe indústria, embora ainda com um peso muito forte do setor agroexportador.

O governo assume o papel de árbitro das diferentes disputas locais, embora dependa das novas oligarquias que se vão formando ou sobem ao poder, sobretudo nas regiões mais atrasadas. Essas oligarquias, entretanto, não tem a força do núcleo socialmente mais coeso da Primeira República (o grupo cafeeiro de São Paulo), desalojado do poder (FAUSTO, 1987, p. 254).

Dada a ilegitimidade do processo eleitoral apontando para a fragilidade da democracia vigente, em 1929 a Aliança Liberal com apoio dos militares reivindica sua legitimidade através do voto secreto, além da nacionalização dos bancos, reforma agrária, educacional e administrativa, embora sem um plano concreto para implantação destas aspirações. Esta Aliança reforça a Revolução por representar todas as classes descontentes da sociedade com exceção da elite agroexportadora cafeeira. No período ocorrem manifestações na América Latina, inconformada com o direcionamento das políticas econômicas.

A oposição entre o governo Vargas e os constitucionalistas liberais, onde ambos desejavam a supremacia política, discutia interesses completamente distintos. Enquanto a oposição de Vargas defendia que se mantivesse a estrutura tradicional do poder, Vargas buscava elementos para minar essa estrutura, tendo como principal medida a industrialização. A política varguista beneficiava-se diretamente com essa medida, pois o aumento da atividade

industrial ocasionava um aumento no número de trabalhadores com condições de votar, ou seja, alfabetizados, que conseqüentemente apoiariam o governo que lhe desse a possibilidade de trabalhar em indústrias. Os sindicatos foram, certamente, uma forma de legitimação do governo Vargas de forma mais eficaz do que uma conquista dos movimentos populares, mas o resultado foi muito positivo para a política varguista quando a classe trabalhadora a comparava com a República Velha (BUENO, 2006).

Já a classe média tinha interesses heterogêneos, o que dificultava a conquista por um dos partidos, que no caso seria o dos constitucionalistas. Estes não tinham como montar uma proposta que atingisse a todos os interesses dos integrantes da classe média.

A ascensão de Vargas em 1930 levou a uma política diferente da habitual brasileira, enraizada em preceitos originados da política econômica do império, onde o desenvolvimento local era tido através da produção de mercadorias em que o ambiente em questão era propício. Exemplos claros de produção dessa época, fontes de riqueza do Brasil Império eram o açúcar, o ouro, o café e a borracha (SOSA DE LEON, 2004).

A partir do grande divisor que é a Revolução de 30, o regime político desde então não tem grande sustentação de grupos sociais que participaram da Revolução. Por este motivo, Vargas vê-se obrigado a reconstituir incentivos da economia para abordar novos agentes políticos de interesse no momento sem lançar-se da importância de grupos tradicionais como os ligados à cafeicultura, pois ainda tinham grande representatividade para a economia brasileira.

As elites que apoiaram a Revolução de 30, como o Partido Democrático Paulista, não aceitavam o poder centralizado e acabaram deixando de apoiar o governo Vargas, juntando-se à oposição que apoiou Júlio Prestes (Partido Republicano Paulista). Esta aliança não tinha nenhuma ideologia firmada contra o governo da época, o grande problema para os constitucionalistas liberais do Partido Democrático Paulista era não terem alcançado o poder político que seus rivais do PRP tinham tido durante a República Velha, liderando, por esta razão, a Frente Única Paulista que resultou na Revolução de 32 (BUENO, 2006).

Sem o apoio do Partido Democrático Paulista, Vargas teve de concentrar esforços para mobilizar a base que conquistou composta por agentes políticos emergentes e advindos de atividades tradicionais para ter uma base o mais segura possível.

O Estado Social de Direito foi implementado via ascensão de Getúlio Vargas ao poder através da Revolução de 1930, marcando o início da implementação de um modelo diferente



de Estado (baseado em regulamentações trabalhistas) no meio do processo de industrialização do Brasil (REYES-RICON et al, 2010).

No início de seu mandato, Vargas se deparou com um período de declínio global, além de ter de enfrentar a oligarquia cafeeira instalada fortemente no estado de São Paulo. O estado que até então dispunha de grande força política teve de enfrentar uma nova conjuntura na qual o governo seria detentor de todo o poder e, portanto, São Paulo estaria subordinado às ordens do Estado, diferentemente de certa autonomia de que estava acostumado. Além da falta de poder, a insatisfação do estado de São Paulo aumentou em virtude da depressão econômica de 1932, colocando em xeque as ações do governo Vargas. Em razão desta disputa surgiram dois adversários: os constitucionalistas (a favor de São Paulo) e os legalistas (a favor do Estado), levando a uma guerra civil que termina com um acordo entre Vargas e São Paulo (SOSA DE LEON, 2004).

Esta situação revelou outro objetivo ao novo presidente, acabar com o regionalismo no Brasil e incentivar o nacionalismo. Entretanto, a guerra civil entre São Paulo e o Estado não tem seu fim com o acordo criado pelo presidente Vargas. O objetivo é de superação do Estado para com seus subordinados que no caso seriam os estados que compõem o Brasil, tendo o governo brasileiro a missão de redefinir funções estatais a fim de chegar a um interesse hegemônico, nacional. Getúlio Vargas visa em seu governo findar com possíveis combates regionais e disseminar o esclarecimento da importância e dos benefícios da composição da renda nacional, de forma a integrar o país cada vez mais.

Na década de 30, o Brasil sofreu uma grande redução da capacidade de importar resultando parcialmente na mudança do eixo dinâmico da economia (termo vastamente utilizado por Celso Furtado), focando na questão industrial que emergiu da transição para o Brasil moderno, mesmo não tendo sido plataforma de discurso de nenhuma frente política da época.

A burocracia pública moderna, a burguesia industrial manufatureira e a oligarquia cafeeira (voltada para o setor interno) são as classes dirigentes que passaram a governar o Brasil entre 1930 e 1945 sob regime autoritário com a perda de força da oligarquia agro exportadora. Este regime permitiu que a Revolução Nacional e a Revolução Industrial rematassem a Revolução Capitalista mudando o regime posteriormente para democrático a partir de 1945, onde foi fundamental que na Revolução de 30 tivesse sido instaurado o voto secreto para que houvesse a transição de regimes, mas sem a permissão para que a oligarquia agroexportadora voltasse ao poder mesmo com um país de produção majoritária agrícola e

pecuarista. Um novo desenvolvimento capitalista brasileiro iniciou-se em 1930, desenvolvimento este baseado na superação do capitalismo agrário e comercial (agroexportação) e rumando para uma dependência da indústria e do mercado interno, “o que caracteriza os anos posteriores a 1930 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês” (IANNI, 1986, p. 13).

No governo Vargas, o Estado começou intervir pesadamente no setor produtivo, fornecendo bens e serviços. A Administração Pública foi submersa em um processo de racionalização e implementou uma administração burocrática, relacionada com a modernização do sistema no Brasil, iniciando uma forte tendência para a centralização. Assim, admite-se a burocracia pública aliada à burguesia industrial.

Além do Brasil, outros países da América Latina estiveram conscientemente inseridos em uma mudança paradigmática nos anos 30 e 40 que objetivava inserir a diplomacia econômica nas negociações externas, permitir que a indústria se fortalecesse, negociar internacionalmente com postura firme de maneira a trazer benefícios principalmente econômicos para as nações envolvidas, estabelecer um projeto de desenvolvimento eficaz e divulgar o nacionalismo, assim como as grandes potências faziam. Destes elementos é importante ressaltar que neste momento os governos começaram a entender de forma mais clara que a expansão da indústria era um pré-requisito fortíssimo para alcançar o desenvolvimento (CERVO, 2003).

A liderança política brasileira comparativamente com a liderança política internacional de países desenvolvidos historicamente não teve a experiência e o comprometimento de idealizar e cumprir grandes planejamentos nem mesmo pequenos planos a fim de iniciar um processo de desenvolvimento econômico no Brasil em que os capitalistas tivessem de responder de alguma forma. Os primeiros passos para iniciar esse direcionamento político foram dados na Era Vargas através, por exemplo, da substituição de importações que foi consolidada a partir de 1930, sob o regime de Vargas em primeiro lugar. A fortificação do planejamento se deu somente em 1950 durante o retorno de Vargas com conversas explícitas a respeito da central de coordenação e planejamento, o que ainda não era muito bem entendido pela sociedade de uma forma geral (CHIBBER, 2008).

O desenvolvimentismo no Brasil foi parcialmente reforçado por capitalistas interligados ao capital estrangeiro. Paralelamente a esta corrente havia uma camada recém-formada de capitalistas liderados por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, personificando a chamada burguesia nacional. Simonsen travou uma forte luta para legitimar uma

política intervencionista industrial sob os olhos dos industriais brasileiros. Lutou corajosamente contra uma ação de retaguarda da ala liberal do capital local, que, aliada com as empresas americanas exigiram uma regulamentação mínima do investimento industrial. O pequeno espaço para o planejamento do desenvolvimento não era simplesmente um reflexo da separação com a burguesia local, ou a fraqueza do segmento nacionalista. Simonsen defende a intervenção do governo alertando que o planejamento não deve restringir-se ao privado ou competir por meio de investimentos públicos. A realidade desses limites foi esclarecida quando o Estado não se mexeu para disciplinar as práticas comerciais depois da guerra através das leis antitrustes, as objeções à prática de preços altos e questões semelhantes foram firmemente rejeitadas pelos próprios capitalistas (CHIBER, 2008).

O Brasil teve sua época de redemocratização com o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda dos regimes autoritários, conseqüentemente essa vivência veio acompanhada por uma orientação mais liberalizante da ação governamental. O dois pólos do debate econômico na época eram os adeptos de uma administração ortodoxa da economia versus aqueles que defendiam o planejamento estatal, estreitamente identificado com os chamados desenvolvimentistas, contribuindo para certa descontinuidade na ação do governo, além de uma sobreposição de medidas contraditórias, no caso de políticas macroeconômicas e setoriais (REYES-RICON et al, 2010).

O Estado brasileiro é a força motriz da atividade econômica principalmente sobre os setores industriais. Como exemplo se pode citar a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entre o Rio de Janeiro e São Paulo. O regime Vargas fortificou-se politicamente com o aparecimento de regimes autoritários como o nazismo na Alemanha. O Estado Novo surgiu de uma política populista e, logo, autoritária que tinha como líder Getúlio Vargas, mostrando-se cada vez mais presente nos serviços sociais e econômicos (REYES-RICON et al, 2010).

A política populista de Getúlio (nem sempre bem vista por remeter a aspectos negativos ligados à demagogia, irresponsabilidade e manipulação de conflitos) ainda mais enfatizada em seu segundo governo (1951-1954) em virtude de ações como a criação do BNDE, a ascensão de João Goulart como Ministro de Trabalho e sua demissão por pressão do “Manifesto dos Coronéis”, equipara Vargas aos políticos latino-americanos, dentre eles, Cárdenas (México), Perón (Argentina), Allende (Chile) e Alan Garcia (Peru) (FONSECA, 2011).

A Era Vargas é caracterizada por dois extremos reconhecidos pela repressão e manipulação do movimento operário e, em contrapartida, pela representação de Vargas como sendo o “pai dos pobres” graças a concessões e benefícios criados em seu governo. Tais extremos podem identificar uma política voltada para o trabalho, onde o governo tem um relacionamento com a sociedade parecido com o advindo do modelo de política liberal, possibilitando o nascimento da classe trabalhadora no Brasil. Esta classe, por sua vez, toma conhecimento das pressões que podem ser feitas em suas lutas sociais, desafiando o controle governamental (NEVES, 2001).

O presidente Getúlio Vargas coordenava os assuntos econômicos tanto de iniciativas estatais quanto de iniciativas privadas. Também mediava diferentes interesses, reconhecendo dessa forma a concepção populista do "Estado Novo", que será parte da base do novo Estado que se estava criando. Assim, populismo e Getúlio Vargas são praticamente sinônimos nas questões de proximidade com o povo (apesar do apoio instável das frentes que o apoiavam), foco em políticas de crescimento e críticas a outros governos, ressaltando em Getúlio também o sentimento desenvolvimentista e anti-imperialista nacionalista (SOSA DE LEON, 2004).

A proposta de Vargas no quesito econômico insere novamente a ideia de nacionalização, já que projeta uma centralização da economia para transformá-la em uma economia de cunho industrial na tentativa de beneficiar todo o país. É observada aqui a intenção do governo em alterar a superestrutura e estrutura do Brasil transformando o no "Estado Novo" (início com o golpe de 10 de novembro de 1937 e término em 1945), caracterizado como um estado híbrido onde são modificados os elementos que caracterizaram a "República Velha", mas sim são combinados novos fatores, como o corporativismo e populismo, características marcantes da política estabelecida no governo Vargas que por sua vez não possui uma base ideológica consistente, dependendo, assim, do populismo, caracterizado pelo auto reconhecimento de Getúlio ao intitular-se como “Pai dos Pobres” graças às ações voltadas principalmente aos trabalhadores, mesmo tendo como base social a pequena burguesia (SOSA DE LEON, 2004).

Diversos setores da sociedade tiveram modificação no Governo Vargas com o intuito de organização para maior Bem Estar no país, iniciando pelo processo de estabelecer as bases institucionais nacionais (direitos trabalhistas, educação pública, o sufrágio universal e nova constituição). Outro foco de Vargas foi criar grandes instituições públicas para intermediar a relação entre Estado e sociedade e também para contribuir com a classe trabalhadora através da implementação de sindicatos e organização de setores para a organização corporativista. O

resultado dessas mudanças foi assessorado pelo Estado através de um aumento crescente da intervenção da administração pública e da burocracia em virtude do estabelecimento de serviços públicos, incluindo saúde e educação (REYES-RICON, et al, 2010).

As possibilidades de mudanças de grande importância nas ações da administração pública, vão desde reformulações de políticas públicas até a organização governamental para a avaliação de programas de promoção social. Neste novo contexto, uma das situações que deve ser analisada com maior relevância diz respeito à questão organizacional social que a partir de então deverá ser enfrentada com maior clareza.

Uma das limitações deste texto está em não expor todas as possibilidades de interação entre o Estado e o mercado para o alcance do desenvolvimento e da liberdade relacionados a essa dicotomia. A discussão política sobre essa interação é extensa e não define claramente qual seria o tamanho ideal do Estado. Além disso, outra vasta discussão que aqui acaba sendo muito limitada é a participação da sociedade civil neste contexto.

#### 4 A ECONOMIA DE 1930 A 1945

Os objetivos do governo Vargas (tendo como principal deles a consolidação do poder) sempre estiveram intimamente ligados à política econômica desde 1930. O Estado reorientou-se a favor de incentivos para a industrialização com novos mecanismos de financiamento resultando em uma redefinição do eixo dinâmico da economia e findando com a hegemonia do poder político da República Velha. Em paralelo a isso, o governo teve de exercer medidas a fim de fazer a manutenção do nível de renda, que estava em risco em virtude da Crise Mundial estabelecida no período e pela mudança de foco econômico. Foi utilizada a política de defesa do café, onde o governo comprava a produção dos cafeicultores a um preço mínimo e estocava para posterior queima, mantendo o emprego e a renda de muitas pessoas, além de perpetuar o efeito multiplicador do café sobre o restante da economia.

#### Café destruído pelo governo federal e produção nacional (1931-1945)

- toneladas

Ano	Toneladas de café destruídas (A)	Quantidade produzida de café (B)	% de A sobre B
1931	169.547	1.301.670	13,03%
1932	559.778	1.535.745	36,45%
1933	821.221	1.776.600	46,22%
1934	495.947	1.652.538	30,01%
1935	101.587	1.135.872	8,94%
1936	223.869	1.577.046	14,20%
1937	1.031.786	1.460.459	70,62%
1938	480.240	1.404.143	34,20%
1939	211.192	1.157.031	18,25%
1940	168.964	1.002.062	16,86%
1941	205.370	961.552	21,36%
1942	138.768	829.879	16,72%
1943	76.459	921.934	8,29%
1944	8.127	686.686	1,18%
Total	4.692.855	17.403.717	26,96%

Quadro 4: Café destruído pelo governo federal e produção nacional (1931-1945)

Fonte: GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; JÚNIOR, Rudinei Toneto. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo, Atlas, 2007, p. 350.

No início do processo de industrialização brasileiro, o país cria grande vínculo com os Estados Unidos, substituindo a influência inglesa herdada de Portugal e de certa forma permitindo que fosse influenciado pelos interesses norte-americanos em diversos setores (o nacionalismo do Governo Vargas não será suficientemente forte para impedir esta influência). O processo de substituição de importações brasileiro criou forma graças ao capital externo com suas filiais (comandadas pelo exterior) que antes vendiam ao Brasil seus produtos industrializados, à tecnologia importada e aos empréstimos internacionais para investimento em infraestrutura e aquisição de bens de capital. (BRUM, 1983).

Os investimentos e financiamentos estrangeiros no Brasil ganham reforço ainda maior a partir da década de 50, entretanto, a interdependência cultivada pelas inversões norte americanas no Brasil desde 1897 com certa notoriedade, conforme quadro abaixo influenciam, além do industrialismo, a política e a cultura brasileira.

#### Inversões Diretas dos Estados Unidos no Brasil

(Milhões de dólares)

Ano	Importância
1897	1.0
1914	3.0
1919	4.0
1924	4.5
1929	108.4
1936	194.0
1940	240.0
1943	233.0
1950	644.0

Quadro 5: Inversões Diretas dos Estados Unidos no Brasil

Fonte: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 157.

Tirando a idealização industrial com um tom ilusório dos primeiros anos do Estado Novo, foi a primeira vez na história do Brasil que um governo se preocupa com a industrialização, vide países desenvolvidos. Além da força política na atuação para criação de uma base industrial, toda a crise internacional da época também influenciou (e muito) para que tal caminho fosse trilhado. No período seguinte à Revolução de 1930 (1933-1955), os incentivos à industrialização foram mais fortes: mesmo tendo o Brasil cerca de 150 anos de

atraso com relação às nações industriais pioneiras, a crise de 29 permitiu que os mercados se voltassem para dentro, estimulando a indústria inicialmente de bens de consumo não duráveis e posteriormente de bens de consumo duráveis, evoluindo para bens de capital e insumos através da própria intervenção do Estado na economia, possibilitando investimentos no setor industrial.

A indústria de bens de consumo não duráveis atende a população em suas necessidades mais imediatas (artesanatos, pequenas fábricas e médias indústrias), geralmente localizadas nos grandes centros com a ajuda de conhecimento da atividade econômica dos imigrantes. Somente a partir da década de 50 que se inicia a segunda fase, com bens de consumo duráveis e a partir de 1974 surgem as indústrias de bens de capital e insumos.

A consolidação do capitalismo industrial brasileiro ocorre quando a indústria começa a se manter autonomamente, sem depender da capital cafeeiro. O termo industrialização restringida significa dizer que não foram criados estímulos para o núcleo duro da economia (indústria pesada – bens de capital e bens de consumo duráveis), pois sua implantação dependia de grandes volumes de capital, além de suporte estatal para criação de infraestrutura e do problema de incapacidade de importação de máquinas e equipamentos graças à política restritiva adotada pelo Estado a fim de sanar o déficit no balanço de pagamentos e incentivar a produção de bens de consumo não duráveis e insumos.

No cenário em questão é claramente visto o capitalismo tardio brasileiro, a considerar principalmente o atraso industrial do país em comparação aos países mais desenvolvidos atualmente, sendo de certa valia recorrer às tecnologias já utilizadas em outros lugares (o que foi possível, mas com grande restrição no período em questão em virtude, dentre outras, da dificuldade de financiamento) para inovar internamente, seguindo à sombra de seus concorrentes mais adiantados (MELLO, 1998).

Getúlio com seu foco nacionalista atendeu interesses de diversos setores, abrindo precedentes para o Estado incentivar a atividade industrial e desenvolver uma ideologia desenvolvimentista industrializante. Com a intervenção do Estado na economia, a acumulação de capital começa a ser instaurada e controlada pelo governo, e é a partir de 1930 que o Estado Nacional adota uma política econômica restritiva, controlando importações e câmbio a fim de estimular a indústria, fazendo com que o Estado tomasse uma conotação intervencionista e nacional com incentivo industrial e fundamentado na acumulação de capital via industrialização.



Desde 1930 Vargas organizou mudanças institucionais de longo prazo vislumbrando um plano nacional que rompesse com a agroexportação via industrialização por substituição de importações. Medidas trabalhistas e educacionais foram lançadas para alcançar o projeto traçado, assim como a reforma tributária e os Códigos de Minas e de Águas, todos em 1934. Vargas também criou órgãos para incentivar e regular a produção, por exemplo, do café e do açúcar, além da Assessoria Econômica para planejamento de longo prazo, e criou a carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em 1937 para racionalizar o crédito. A intervenção direta do governo na produção industrial criou a Companhia Siderúrgica Nacional (indústria pesada), a Usina de Volta Redonda (iniciada em 1941), a Companhia Vale do Rio Doce (no início da década de 40), o monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás (já em 1953). Estas criações e estabelecimentos foram possíveis graças à posição nacionalista do governo nos setores fundamentais para a segurança do país, os setores de siderurgia e petróleo (IANNI, 1964).

O foco de todo governo não deveria estar em ser o Estado máximo ou mínimo, mas sim em ser o Estado dinâmico, em razão das inúmeras variáveis que influenciam a pressão do ambiente internacional contra o Estado do desenvolvimento econômico, às garantias sociais versus a demanda das liberdades individuais. Devido à intemperança da economia e da política (além das pressões civis nacionais e/ou internacionais), o nível do Estado em termos de intervenção e regulação na economia e no bem-estar social é ocasional, daí a necessidade de flexibilidade governamental, assim como uma visão de longo prazo tanto para o mercado quanto para o Estado (REYES-RICON et al, 2010).

Historicamente é possível perceber que há momentos, como em meados da década de 20, em que se faz necessário medidas protecionistas (como a reserva de mercado) tendo como objetivo o desenvolvimento econômico. Essa medida é adotada para criar condições ideais para a indústria desenvolver-se em preparação para o mercado externo. Já em outras situações, diferentes medidas devem ser adotadas para atrair o capital estrangeiro e investimentos internacionais, como exemplo pode ser dado à flexibilização de tarifas. Uma das características do Estado brasileiro na Era Vargas diz respeito ao momento de reflexão, debate e proposições acadêmicas objetivando encontrar proposições para elevar o Brasil a uma nova posição e, resumidamente, o resultado encontrado para alcançar essa nova realidade diz respeito ao desenvolvimentismo (SUZIGAN, 1986).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) juntamente com a PETROBRAS e a ELETROBRAS (estatais na esfera produtiva) tornaram-se os órgãos

símbolos do nacional desenvolvimentismo brasileiro, bem como a ação governamental de postergar a desvalorização cambial para não romper com o acordo internacional mantendo a transferência de renda ao setor industrial em linha com o projeto de substituição de importações, o financiamento da economia e a legislação trabalhista (FONSECA, 2011).

Bresser Pereira defendia que a política econômica do governo de Getúlio não tinha relação com o populismo econômico (opinião oposta a grande parte da literatura sobre o assunto), mesmo assumindo deveres relacionados ao desenvolvimentismo e projetos de longo prazo que tiveram seu início embrionário em 1930, onde a política varguista assume um caráter nacionalista e percebe-se a necessidade de um incentivo à industrialização, de modificação da sociedade brasileira visando suprimir a pobreza com total apoio governamental, tendo este o objetivo de planejamento e de investimento direto.

O populismo econômico se expressa, de forma genérica, através de ciclos econômicos, onde os governos tem a intenção de crescer aceleradamente sem levar em consideração políticas de estabilização. Quando situações inesperadas acontecem, ocasionando recessão econômica e, como resultado direto o desemprego, o governo reforça a ideia de que não é o culpado pelo acontecimento com consequências negativas e direciona a responsabilidade para seus antecessores, adotando medidas drásticas a fim de fomentar um ciclo de crescimento, ao invés de adotar medidas restritivas (FONSECA, 2011).

A política salarial, segundo Cannitrot ([1975] 1991), que não expõe a questão dos ciclos é um campo amplamente utilizado pelo populismo econômico, pois em períodos recessivos seus representantes usam-se da promessa de crescimento, melhor distribuição de renda e geração de empregos para atrair votos e, quando cumprem a promessa, encontram um novo problema para resolver, a inflação. Outros pensadores influenciados por O'Donnell ([1977] 1991) apresentam de forma sucinta a questão dos ciclos, defendem a ideia de dualidade econômica representada por um setor exportador e por um setor voltado para o mercado interno onde o governo não consegue dar preferência para somente um setor, alternando suas ações de benefício sempre que necessário apresentando, assim, a noção de populismo. Há ainda outra classe de autores que defendem a interpretação do ciclo econômico populista em uma versão com maiores detalhes, uma versão mais acabada proposta por Díaz-Alejandro ([1981] 1991) onde estes sempre começam pela busca do crescimento e rejeição de políticas restritivas como opção de combate à inflação. Apesar do cenário aparentemente positivo, consequências trágicas vão surgindo ao longo do tempo como déficit público, desequilíbrio no balanço de pagamentos, e crescimento da inflação (tornando sua “cura” ainda

mais difícil). Nesta situação, geralmente os governos populistas também não admitem sua culpa de gestão e responsabilizam seus antecessores (FONSECA, 2011).

Como se pode constatar, nem a política econômica instrumental de estabilização efetivamente implementada nem, tampouco, as medidas institucionais de mais larga envergadura permitem associar Getúlio Vargas a populismo econômico. Ao mesmo tempo, ajudam a ilustrar que desenvolvimentismo e responsabilidade fiscal, monetária e cambial não são excludentes, nem a priori nem historicamente (FONSECA, 2011, p. 1).

Reverendo os seus dez anos no poder, em 1941 Vargas comemorou o fato de que ele havia coletado duas vezes mais imposto em 1939 do que em 1930. Realmente a coleta de impostos duplicou em moeda brasileira, mas a conta estava errada ao ser considerada a inflação do período e considerando o número de pessoas que queria promover através de sua política social neste novo contexto. Assim, este foi um aumento real de quase 30% de 1939 em relação a 1930, mas longe dos 100% afirmados. Em contrapartida ao aumento da cobrança de impostos em dez anos, houve altas taxas de crescimento da população, anulando alguns efeitos da capacidade do Estado em contribuir com melhores condições para as necessidades da população (CARDOSO, 2010).

## 5 AS NOVAS NORMAS SOCIAIS

Em matéria de proteção social, a Legislação Vargas pode ter uma interpretação particular, tendo o conhecimento dos direitos do trabalhador assalariado (salário mínimo, férias, aposentadoria, dentre outros), firma-se que sua importância não está em sua eficácia para o trabalhador simplesmente, mas sim para todo o contexto social em que ela está inserida. Os dirigentes anteriores a Vargas não relacionavam o desenvolvimento da nação com um processo de inclusão social, a iniciativa do governo Vargas de preocupar-se com questões sociais fez renascer a credibilidade do governo para com o povo trabalhador brasileiro. É possível observar a influência destas ações para a sociabilidade capitalista e para a reprodução das desigualdades ao longo do tempo (CARDOSO, 2010).

Deve-se notar que requisitos mínimos de civilização foram padronizados para trabalhadores urbanos, onde ninguém poderia trabalhar sem salário mínimo, férias regulares, descanso semanal remunerado, gratificação de final de ano e outros benefícios, pois trabalhadores fora destes padrões seriam considerados fora da legalidade estabelecida. Vale a pena ressaltar que tais quesitos englobariam tanto trabalhadores com carteira assinada quanto o assalariado informal por meio de acordos estabelecidos através da estrutura mercantil criada fora da total legalidade.

Vargas disse aos milhares de trabalhadores que enchiam estádio Vasco da Gama, no Rio de Janeiro que:

Temos que enfrentar com coragem as questões graves para a melhoria da nossa população, de modo que nós não permitimos conforto, educação e higiene para ser o privilégio de certas regiões ou zonas. Os benefícios que tenha adquirido devem ser estendidos aos trabalhadores rurais, aos isolados no interior remoto que estão distantes das vantagens da civilização. [...] Não é possível para nós manter a anomalia perigosa de camponeses sem sua própria terra em um país onde vales ricos como a Amazônia permanecem incultos e vastas pastagens estão sem gado, como os de Goiás e Mato Grosso. Para a riqueza pública, é necessário que o nível de prosperidade da população rural aumente, a fim de absorver a crescente produção industrial, é vital que nós levantemos o poder de compra de todos os brasileiros - o que pode ocorrer através do aumento dos rendimentos na agricultura (Vargas, 1941, p. 261-262) (CARDOSO 2010).

Como se pode ver, Vargas tinha uma ideia clara das demandas estruturais que necessárias para o seu projeto civilizacional. O Brasil era um país rural, com pouco menos de 3% dos proprietários de terras, embora 70% dos brasileiros viviam no campo, um terço dos quais eram assalariados e dois terços dos quais em várias relações, como a agricultura inquilino, meação, pequena propriedade ou *freeholding*. A maioria estava disposta a sair ao menor sinal de que a vida pode ser melhor em outro lugar (CARDOSO, 2010).

Durante principalmente o período da ditadura, Vargas exerceu fielmente o aspecto civilizacional a qual estava disposto através da legislação trabalhista apesar dos limites exercidos por um país como o Brasil, que tinha como marcante histórico o trabalhador rural. A intenção do governo não era o êxodo rural em sua pura essência, pois este movimento ocasionaria uma superpopulação das cidades e desequilíbrios com consequências inesperadas, contrariando o objetivo de fortalecimento econômico, tanto do homem em si quanto da comunidade, de saúde física e, conseqüentemente, da energia produtiva relacionada aos benefícios ocasionados pelo trabalho (CARDOSO, 2010).

Dentre a política trabalhista elaborada no Governo Vargas, os trabalhadores foram compreendidos em três diferentes formas: empresarial, através da estabilidade no emprego que possibilitou compromisso mútuo entre as classes sociais para o Bem Estar de alguns e prosperidade de outros; estatal, através da participação em sindicatos como órgãos estaduais e nos mecanismos corporativos de tomada de decisão; e na sociedade de consumo, um segmento de grande importância por ser garantidor do estabelecimento de um salário mínimo e segurança social que Vargas chamou de propriedade social à disposição dos trabalhadores, com o objetivo de garantir o Bem Estar material para idosos e doentes. A política do governo tinha por finalidade assegurar o Bem Estar da sociedade através de tratamentos oriundos juridicamente a respeito das leis trabalhistas, assim, os trabalhadores sentiriam-se protegidos com as condições materiais e moral defendida pelo Estado, criando grande empatia da sociedade pelo governo (CARDOSO, 2010).

É possível analisar o Estado do Bem Estar como sendo incompatível com a grande maioria dos objetivos para o desenvolvimento, racionalidade autoritária e positivista do Estado Social de Direito (ou Estado Bem Estar), entretanto, foi esta vertente de Estado a responsável pela inovação social em muitos aspectos. Esta forma de governo reconhecido durante a Era Vargas, fez com que o Brasil observasse o aparecimento de uma vasta quantidade de leis reguladoras (REYES-RICON et al, 2010).

Os intuitos do governo Vargas foram tão bem alcançados que, o que inicialmente era visto como uma forma de resistência política e social, com o surgimento de importantes movimentos sociais e de trabalho, acabou voltando-se contra o próprio regime. Os cidadãos tiveram a possibilidade de uma melhor condição de Bem Estar social, fazendo com que pudessem pensar sobre o regime e até mesmo verificar que seria necessário um movimento para redemocratização a fim de estruturar ainda mais a sociedade que já havia passado por diversas modificações desde o início da Era Vargas. Dessa forma, o autoritarismo foi o que despertou a necessidade da liberdade, o que coloca em discussão a legitimidade do regime militar (REYES-RICON et al, 2010).

Pela primeira vez desde a República Velha, após períodos consecutivos de predominância do Estado, as liberdades individuais e do caráter socializador aparecem com alta relevância. Essa nova configuração do Estado é inédita na história recente do Brasil, ela certamente insere a perspectiva de mudança em caráter de urgência em todas as relações que envolvem a administração pública (REYES-RICON et al, 2010).

O ideal de bem comum foi fortemente enraizado pelo governo Vargas, fazendo com que esse conceito seja encontrado até mesmo nos dias de hoje. Na tentativa de alcançar o bem comum foram necessários alguns avanços sociais que só poderiam ser conseguidos se não fossem submetidos ao consenso do mercado. Tais avanços sociais, conhecidos também como direitos fundamentais dos cidadãos (sistema de saúde universal e educação, direitos trabalhistas e outros) são os elementos fundamentais de igualdade, embora no Brasil a arbitrariedade operasse e ainda opera em muitas frentes, impossibilitando o cumprimento do bem comum (REYES-RICON et al, 2010).

O processo para adquirir uma carteira de trabalho era tão burocrático e oneroso que não permitia que todos os trabalhadores pudessem ter a tal “certidão de nascimento cívico”. Além dos inúmeros dados que o trabalhador precisava informar todos estes necessitavam de comprovação por documentos ou testemunhas que já tivessem a carteira de trabalho, o que já era dificultado para pessoas com condições precárias ou irregulares de trabalho que não tinham como comprovar todos seus dados. Outro entrave era o custo do documento de cinco cruzeiros, um alto valor para desempregados e trabalhadores que eram remunerados por um salário mínimo ou ainda menor. Os profissionais de serviços sociais lamentavam a prática burocrática, impedindo que todos os trabalhadores pudessem adquirir o documento, mas infelizmente era a legislação, e todos os quesitos tinham de ser cumpridos. O papel de Vargas

no desenvolvimentismo é tido como o criador da Consolidação das Leis do Trabalho e dos direitos dos trabalhadores (CARDOSO, 2010).

A legislação social contínua que criou o conceito de "cidadania regulada", apesar de toda a burocracia envolvida no processo para conquistar esse direito, permitiu ao trabalhador ter acesso ao seu salário, bens, serviços e direitos trabalhistas, mas grande parte da sociedade não conseguia incluir-se neste cenário por conta do processo oneroso envolvido nesta legislação, um privilégio para poucos. Não há de se culpar o Estado, pois a criação da cidadania foi um processo moroso e difícil por se tratar de uma sociedade que não tinha memória do que isso significava, talvez tenha sido o melhor a ser feito tendo visto a deficiência de histórico regulamentar trabalhista (CARDOSO, 2010).

A "cidadania regulada" é considerada os direitos associados ao estatuto de trabalhador no setor formal da economia, com profissões reconhecidas por lei, englobando também o projeto do presidente Vargas com objetivo de elevação integral do homem brasileiro (ideia que cidadania regulada cria cidadãos de pleno direito). Os direitos dos cidadãos são restritos aos direitos legalmente reconhecidos que ocupam no processo produtivo, tendo como comprovação da cidadania a carteira de trabalho, onde se mostra o contrato entre o Estado e a cidadania regulamentada, e o emprego torna-se uma espécie de certidão do início da civilidade. A intenção era fazer com que a cidadania deixasse de ser vista como uma listagem de direitos que separam incluídos e excluídos do sistema estabelecido e passasse a vigorar de forma mais fluida, onde a inclusão/exclusão à cidadania fosse facilitada em um mesmo processo geral e dinâmico de regulação. O conceito de "cidadania regulada" foi um símbolo analítico no período, uma ideia forte e simples que reúne conceitos como a cidadania radicada em um sistema de estratificação ocupacional (composto de cidadãos membros da sociedade) definido por lei, e não somente em códigos de valores políticos (CARDOSO, 2010).

Vale a pena ressaltar que o aparato social jurídico de proteção ao cidadão disponibilizado pelo governo Vargas nem sempre era cumprido da maneira em que a legislação orientava, cabendo aos tribunais de trabalho, sindicatos e ao próprio trabalhador de forma individual em seu dia a dia buscar a defesa de seu direito para que o mesmo fosse cumprido. O Estado se mostrou fraco para implementar suas normas a ponto de torná-las algumas vezes ineficazes. Movimentos sociais eram observados em maior escala nos centros urbanos de São Paulo (importante centro industrial) e do Rio de Janeiro (capital do país).

O Estado Novo de Vargas se estabeleceu em um elevado patamar de sofisticação de direito social com base apenas em mecanismos de mercado e adaptação mútua. Mesmo após a

queda do regime autoritário, esse sentimento de direito persistiu, mostrando que boas decisões podem ser tomadas mesmo quando a democracia não estiver totalmente estabelecida.

Vargas e seus aliados elaboraram o projeto político prioritariamente com várias questões sociais em pauta (além das imposições estruturais) um dos motivos do governo ter-se tornado tão popular. O Estado tentava se preparar para a aparente ameaça que a pobreza advinda do êxodo rural provocaria nos grandes centros, o resultado dessa preparação pode ser mostrado em 1940, com grande parcela da população economicamente ativa dos grandes centros empregada em fábricas.

Tratando-se agora da questão rural, houve proposta para a colonização da Amazônia, pois as oligarquias agrárias ainda faziam-se fortemente presentes, gerando o problema da propriedade da terra. Para resolver essa questão, ou pelo menos parte dela, Vargas esboçou um projeto para a expansão da fronteira agrícola, a ocupação da Amazônia e políticas públicas de assentamento. Para isso houve a necessidade de estabelecer políticas que não afetassem a estrutura agrária do resto do país, nem os interesses agrários ainda fortemente representados no Estado que por sua vez era impotente em se tratando da dinâmica populacional praticamente incontrolável que gerou preocupação para Vargas. A aparente solução de um problema na realidade levava a outro: o êxodo rural na década de 30 em estados como a Bahia, resultado do fim da escravidão e das péssimas condições de vida da região da caatinga em que a população nordestina estava sujeita, levavam estes cidadãos a viverem como servos dos senhores das grandes cidades que exploravam seus trabalhos em condições praticamente subumanas. Os centros urbanos tinham como vitrine empregos abundantes e bem remunerados, esta ilusão que atraiu milhares de pessoas atrás destas aparentes facilidades que posteriormente tornariam-se sofrimento por parte do trabalhador que passaria a viver muitas vezes em miséria maior do que a que se encontrava no interior (CARDOSO, 2010).

Os trabalhadores rurais tinham maior dificuldade para conseguir seus direitos como cidadãos, pois estes brasileiros quase nunca tinham identificação legal em virtude (dentre outros motivos como pura e simplesmente a resistência por considerar que o Estado era inimigo do povo perseguindo o de forma arbitrária) da distância dos centros urbanos onde o registro seria realizado. Entretanto, para obter uma Carteira de Trabalho ou qualquer outro documento ligado à saúde ou educação, o registro era obrigatório, forçando assim a obtenção de uma certidão de nascimento para aquisição de direitos legais. Mesmo em 1948, muito depois do processo de consolidação da "cidadania regulada", mais de 20% dos moradores de



favelas no Rio de Janeiro não tem certidão de nascimento, realidade que muito possivelmente estendia-se até em maior quantidade para outras cidades do Brasil (CARDOSO, 2010).

A ideia Varguista teve diversos intérpretes durante seus primeiros 15 anos no poder, mas poucos foram tão contundentes como Oliveira Vianna. Sua produção é dedicada principalmente às realizações da Revolução de 1930. Oliveira Vianna participou de ensaios e artigos de jornal da época intitulando o governo que ele também teve participações ativas de "governo revolucionário". O autor expõe o auge da ideologia do progresso do homem brasileiro através de políticas sociais da Revolução, que tinha a finalidade de resgatar a característica nacionalista de seu povo. Oliveira Vianna, analisa as políticas sociais de Vargas como uma correção da civilização, visto que ela esteve por muito tempo em um ambiente hostil em que até 1930 as pessoas não eram lembradas pelas instituições civilizadoras. O resultado desse ambiente foi a criação de pessoas individualistas e submissas ao poder privado de suas localidades que por sua vez tinham pouco conhecimento das possibilidades de uma vida em comunidade (CARDOSO 2010).

## 6 A SUCESSÃO DO ESTADO NOVO

Assim como cabe a introdução do período em análise através do estudo dos breves anos anteriores, é de grande valia saber que as consequências das ações tomadas do período em questão não tiveram data marcada para acabar, pelo contrário, se estenderam nos anos posteriores, como será visto a seguir.

Após os anos de Estado Novo com a renúncia de Getúlio Vargas por motivos políticos, o ambiente social tornou muito mais complexo. Com a chegada da eleição, os grupos políticos puderam-se expressar através do voto. Dutra foi um candidato que se elegeu mesmo sem a confiança de seus dirigentes pela sua falta de carisma e por dentre uma forte concorrência do candidato brigadeiro Eduardo Gomes. Sua vitória, resultado de 55% dos votos, mostrou o quanto o sistema eleitoral criado por Vargas ganhou força (BUENO, 2006).

As oposições que concorriam para o cargo de presidente deixado por Getúlio eram representantes das elites econômicas e oligarquias regionais que não estiveram no poder na década de 30 e que não tinham nenhum interesse que houvesse participação popular no governo. Entretanto, para manter a aparência democrática da época, concordaram com a liberdade de expressão ocasionada pela eleição. Apesar da derrubada de Vargas, os mecanismos criados em seu governo tiveram grande impacto nos governos sucessores.

O movimento operário sindical percebeu a necessidade de autonomia em relação ao Estado, além da conscientização de sua força. O governo Dutra tinha a intenção de deixar a legislação trabalhista e sindical como no governo Vargas. Como resultado das mudanças ocorridas no movimento operário sindical, houve o aumento do número de greves questionando custo de vida, desemprego, maiores benefícios salariais, dentre outros. Uma onda repressiva foi criada contra o movimento operário sindical, até mesmo com intervenção governamental em sindicatos.

O aumento da população urbana das grandes cidades e aumento do peso político dos operários inseridos nesta população ocasionaram modificações econômicas e sociais complicando a estabilidade do sistema político.

Depois do governo de Dutra, Vargas pôde montar uma campanha baseada no nacionalismo e no populismo, características bem distintas do governo Dutra, e retorna ao poder na década de 50, mais precisamente em janeiro de 1951, focado no trabalho, no

processo de industrialização e no crescimento da classe operária urbana. Nesta segunda fase de seu governo, Vargas já não consegue agradar os partidos de direita e de esquerda, pois tinham interesses antagônicos, representados pelo desenvolvimento internacionalizado e desenvolvimento econômico independente. Outra contradição se dava, também, entre a classe operária e burguesa: as reivindicações operárias estavam cada vez com mais força, enquanto a burguesia estava decidida em não ceder.

O descontentamento estava por todos os lados, resultando em um manifesto dos oficiais da Aeronáutica seguidos pelos generais do Exército, pedindo a renúncia do presidente. Vargas concordou em tirar uma “licença” para poder voltar ao governo posteriormente, mas sua posição não foi aceita pelos oficiais rebelados. Vargas cometeu suicídio deixando uma carta expondo sua insatisfação com relação ao cenário montado contra ele. Sua morte, assim como grande parte de sua vida, foi um ato político com gigantesca mobilização popular de dor e revolta. O legado político varguista perdurou-se até a deposição de João Goulart (FONSECA 2011).

O projeto desenvolvimentista teve seu início no período compreendido entre 1930 e 1945, mas com o retorno de Vargas ao poder, e especialmente com a eleição subsequente de Juscelino Kubitschek em 1955 (um ano após o suicídio de Getúlio), é retomado o projeto de desenvolvimento brasileiro, estando novamente em evidência e com força maior. Inicialmente tal projeto foi marcado por forte nacionalismo, exemplificado pela frase de Getúlio Vargas “O Petróleo é nosso!”, campanha que culminou na criação da Petrobrás e no estabelecimento de um monopólio estatal para a exploração e produção de petróleo no Brasil. A atividade industrial, principalmente a indústria automobilística, a construção civil e a elaboração de Brasília como sendo a nova capital do país fizeram parte do novo período desenvolvimentista iniciado com a eleição de JK, onde a estratégia de desenvolvimento do Brasil passou por uma nova organização (REYES-RICON et al, 2010).

A mudança de estratégia de desenvolvimento ocorrida entre o segundo governo Vargas e o governo JK é essencial para compreender a dinâmica da política econômica do último século. O período da década de 1950 é marcante, pois a estratégia deixa de ser nacional-desenvolvimentista para fundamentar-se no que denominamos de desenvolvimentismo-internacionalista. A opção pela estratégia desenvolvimentista-internacionalista passou a condicionar fortemente a trajetória de crescimento econômico nacional, passando-se a depender, em maior magnitude, da presença do capital estrangeiro nos setores dinâmicos do processo de industrialização e da construção de arranjos financeiros alternativos atrelados ao movimento cíclico das finanças internacionais (AREND, 2009, p. 116).

A industrialização restringida que se inicia na década de 30 estende-se até 1955. Trata-se de um período onde existe industrialização assentada na acumulação advinda da expansão industrial. Esse processo é resultado da reprodução integrada entre a força de trabalho e o capital crescente industrial. Entretanto, não há infraestrutura (bases técnicas e financeiras) suficiente para que a economia brasileira fundamente-se na indústria de bens de produção, capaz de aumentar a produção mediante demanda praticamente comandando o desenvolvimento industrial apoiado por investimentos e financiamentos estrangeiros no Brasil de forma crescente ao passar dos anos, conforme quadro a seguir (MELLO, 1998).

Investimentos e Financiamentos Estrangeiros no Brasil

Projetos Específicos registrados na SUMOC

(US\$ 1 milhão)

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
País de origem	Inv. Fin.	Inv. Fin.	Inv. Fin.	Inv. Fin.	Inv. Fin.	Inv. Fin.	Inv. Fin.
Estados Unidos	12/-	25/-	61/-	55/286	23/95	36/73	11/60
Alemanha Ocidental	7/-	18/-	9/-	19/99	11/45	25/56	5/20
França	1/-	5/-	1/-	-/14	9/26	7/30	1/12
Inglaterra	5/-	2/-	7/-	1/3	4/22	3/11	2/4
Itália	2/-	1/-	1/-	1/20	3/31	3/35	1/9
Canadá	-/-	1/-	3/-	-/-	1/1	-/12	9/-
Suíça	1/-	2/-	15/-	1/-	6/3	9/-	4/5
Holanda	1/-	1/-	-/-	-/7	1/-	3/-	1/-
Bélgica	-/-	-/-	3/-	-/-	2/1	1/4	2/-
Japão	-/-	-/-	4/-	-/26	3/100	9/1	-/11
Outros países	2/-	1/-	4/-	5/52	3/45	11/83	3/9
<b>TOTAL</b>	<b>31/-</b>	<b>56/-</b>	<b>108/-</b>	<b>82/507</b>	<b>66/ 369</b>	<b>107/305</b>	<b>39/130</b>

Quadro 6: Investimentos e Financiamentos Estrangeiros no Brasil

Fonte: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 169.

O panorama político brasileiro teve várias alterações na forma de organização do Estado brasileiro. Após um período de democracia, o país sofreu o golpe militar em 1964. O Estado voltou a investir em estradas, urbanização, telecomunicação e geração de energia, enfim, em toda parte de infraestrutura. O regime militar levou à intervenção crescente do Estado em matéria civil, permitindo a instalação de grandes empresas transnacionais no país e

a modernização de diversos setores da economia. Retomaram-se, também, os princípios de racionalidade administrativa nas ações do Estado tais como o estabelecimento de planejamento, orçamento e objetivo. O Estado neste período militar fundou-se em uma ideologia nacionalista social de natureza de desenvolvimento, sendo burocrático, provedor e autoritário (MATIAS-PEREIRA, 2008; PEIXOTO 2008; SELCHER, 1990).

O Plano de Desenvolvimento Estratégico de 1968-1970 é um exemplo claro da maneira pela qual o governo manifestava-se. Este documento tratava de política econômica com diretivas setoriais, com algumas direções para o desenvolvimento regional. O Estado focou em não permitir a consolidação do capital estrangeiro em áreas estratégicas para o desenvolvimento, embora não tenha sido contrário aos investimentos estrangeiros diretos no setor produtivo brasileiro. Em 1970, uma das expectativas advindas da ação governamental do país era apontar o Brasil como país desenvolvido na virada do século através das definições traçadas para quatro áreas principais: educação, saúde e saneamento; agricultura e abastecimento; desenvolvimento científico e tecnológico; reforço da capacidade competitiva da indústria nacional. O primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional (1972-1974), resultado direto e indireto de todo trabalho realizado desde a década de 30 que pode concretizar-se solidamente somente muitos anos depois, buscou alternativas para implementar projetos de integração nacional (transportes e comunicações) e oficializou o conceito de um modelo brasileiro, enquanto o segundo (1974-1979) foi dedicada a investimentos em indústrias de base (aço e petroquímica), ambos intimamente ligados a melhorias na parte de infraestrutura, a intenção era alcançar a autonomia em insumos básicos (REYES-RICON, et al, 2010).

A discussão sobre a relação entre desenvolvimentismo e populismo é recorrente entre os estudiosos da área, principalmente os latino-americanos. Atualizando o assunto, este é tratado como o novo desenvolvimentismo, permanecendo com as práticas de desenvolvimento e com a ideia nacionalista, porém, sem práticas populistas. Mais uma característica atual do novo desenvolvimentismo é a diferenciação entre desenvolvimento e populismo, uma nova configuração para a tese cepaliana que, por sua vez, defendia que as forças de mercado não poderiam ser as responsáveis pelo desenvolvimento dos países latino-americanos, o desenvolvimento teria de ser induzido. Atualmente, assim como na categoria de teóricos de Prebisch e Furtado, discorda-se de medidas como o protecionismo, reservas de mercado, valorização cambial e déficit crônico, entretanto, governos populistas utilizavam dessas medidas em suas políticas. A ortodoxia convencional latino-americana não concorda com a dissociação entre desenvolvimento e populismo, já que tradicionalmente utiliza-se da união de

ambos para desvalorizar as políticas intervencionistas pró-crescimento (sejam as do antigo estruturalismo cepalino, keynesianas ou as determinadas no novo desenvolvimentismo). A ortodoxia considerou, principalmente a partir de Solow, desnecessárias tomadas de decisão para indução do crescimento econômico, já que este seria endógeno. Somente eram aceitas medidas para garantir o funcionamento pleno mercantil ou para corrigir pequenos erros (FONSECA, 2011).

A herança deixada pelo governo Vargas elenca novas possibilidades atuação visando o desenvolvimento econômico mediante financiamentos e investimentos externos, assim como apresenta a governos posteriores a importância de planejamento, uma vez que seu governo poderia ter dado resultados melhores caso soubesse executar um planejamento bem fundamentado. Novas normas foram criadas e seguidas a fim de melhorar as condições dos trabalhadores, apoiados por forças sindicais, e a sociedade ganhou maior força eleitoral através do voto secreto.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Capitalismo Industrial Brasileiro teve seu nascimento tardio devido a diversos fatores que juntos culminaram em seu incentivo. Exemplos disso são a abolição progressiva da escravidão, processo migratório a fim de diminuir o problema de falta de mão de obra, políticas de valorização do café e utilização do capital excedente proveniente da atividade cafeeira para desenvolvimento da atividade industrial. Entretanto, nem todas estas razões permitiram a formação de um capitalismo industrial forte, devido à influência da economia agroexportadora no Brasil, sendo criado somente o começo das atividades industriais entre o final do século XIX, ainda de forma tímida, e início do século XX, tendo o Estado Novo como base ideológica o sistema industrial. Enquanto o Brasil preocupava-se com atividades do setor primário, os países desenvolvidos procuravam inovações para incrementar o sistema já existente em suas economias, o sistema industrial. É claro que a história é mais um dos motivos desse atraso, afinal, a colonização ditava o ritmo das atividades produtivas no Brasil em concordância com os interesses de Portugal que, por sua vez, mantinha uma colônia para explorar todos os benefícios que esta poderia lhe oferecer, e transformá-la em um pólo industrial, dentro das condições da época, certamente não estava dentre os objetivos de Portugal, fazendo com o Brasil mantivesse uma economia agroexportadora pelos costumes já enraizados e mais fáceis de serem seguidos.

A cafeicultura e a economia brasileira como um todo sofreram com grandes prejuízos advindos da Depressão Econômica Mundial, já que praticamente toda a produção era voltada para o mercado externo e não foi possível manter a prática de preços de venda no mesmo nível ofertado antes da crise. O governo passou a ser um grande consumidor de café para estocar e queimar a mercadoria, objetivando manter a renda e o emprego de milhares de pessoas que trabalhavam no ramo, mantendo a economia aquecida dentro do possível. A classe industrial também sofreu com a Grande Depressão, pois se tornou inviável a importação de bens intermediários para a indústria, diminuindo a velocidade do aumento de significância do setor para o Brasil.

Vale a pena ressaltar que a atividade industrial não nasceu da crise cafeeira, pelo contrário, a industrialização restringida foi parte do fruto criado pela atividade cafeeira, uma vez que praticamente todos os recursos financeiros partiam dela, além do que havia demanda por equipamentos agrícolas, mas a oferta era muito pequena, por este motivo algumas pessoas

entenderam essa escassez como oportunidade e migraram da atividade cafeeira para a atividade industrial visando atender tal necessidade e o lucro advindo dela.

Cabe aqui a colocação de um paradoxo referente ao governo Vargas, fortalecer o modo de produção industrial através de recursos advindos do modo de produção dominante na época, o agroexportador. Desta forma não houve nenhuma possibilidade de fazer com que a industrialização tomasse maiores proporções um pouco tempo, afinal, a agroexportação deveria ser mantida em significantes volumes para que seu excedente de capital suprisse as principais necessidades para incentivar o setor industrial.

Novas classes sociais foram criadas após a Primeira Guerra Mundial, denominadas burguesia e proletariado, além da ascensão da classe média e da forte influência política do empresariado. Os próximos governos que assumissem o Brasil deveriam estar cientes desta nova estrutura e das questões a serem analisadas e atuadas, como a falta de proteção à indústria nascente, o sistema educacional de baixa qualidade, a necessidade de uma melhor organização das estruturas governamentais e das relações trabalhistas, o baixo aproveitamento das riquezas minerais e o costumeiro processo eleitoral fraudulento.

A campanha eleitoral de Getúlio Vargas baseou-se na oposição do governo paulista da época (representado por Júlio Prestes) sendo defendido pela união do estado de Minas Gerais com outros menores, modificando a estrutura da época após a posse de Vargas por meio do golpe da Aliança Liberal em razão do assassinato do então vice-presidente de Vargas, João Pessoa e motivados pelo aparente apoio majoritário da população, traduzindo a tomada de poder por Júlio Prestes como sendo fraudulenta. A campanha eleitoral de Vargas munia-se de elementos novos para angariar votos, o pensamento industrializante era força a motriz do movimento. Desta maneira, os trabalhadores interessados no setor industrial apoiavam naturalmente o movimento varguista, legitimado pela força dos sindicatos que ajudavam a propagar as diferenças positivas para a classe dos trabalhadores com relação à República Velha. Em contrapartida, a oposição defendia a estrutura tradicional do poder, dando continuidade à maioria das políticas praticadas nos governos anteriores.

Além da atração da classe trabalhadora, dentre outros motivos, pelo apelo daquele que mais tarde seria reconhecido como “pai dos pobres” (Vargas direcionava assuntos econômicos tanto de iniciativas estatais quanto privadas, além de organizar ações para o maior Bem Estar da sociedade, criando canais diretos do governo com a população), ele pretendia mobilizar os agentes políticos emergentes e tradicionais, estes, por sua vez, para manter certo nível de segurança. O início de seu mandato foi dificultado pelo enfrentamento que teve de ser feito



com a oligarquia cafeeira paulista, que não deteria mais do poder de outrora, sendo subordinado às ordens do Estado. A Depressão de 32 contribuiu com a oposição paulista, colocando em xeque o modo de governar de Vargas, inserindo o Brasil em uma guerra civil dividida entre os defensores do poder de SP e os defensores do poder do governo.

Esta situação elucidou ao novo presidente a meta de findar com o regionalismo em favor do nacionalismo, em prol de um único objetivo para todo o país. A dificuldade para realizar planejamentos era notável no Brasil quando comparado a países desenvolvidos, e reforçada pela falta de foco gerada por regionalismos. Este pode ser citado como outro dos motivos que não permitiu uma fase industrializante mais intensa, além de restrições tecnológicas e financeiras.

O governo Vargas redefiniu o eixo dinâmico da economia, findando com a hegemonia política da República Velha através do incentivo à industrialização feita por financiamentos. O Brasil cria vínculo com um novo país em substituição a Portugal, os Estados Unidos, deixando ser influenciado em diversos setores por ele, até porque precisava de suas filiais, tecnologias e empréstimos para prover o aumento da força industrializante. É a primeira vez na história do Brasil que o seu dirigente preocupa-se com a industrialização, e em um cenário bastante propício pela crise de 29, estimulando que os mercados se voltassem para dentro inicialmente para a indústria de bens de consumo não duráveis chegando posteriormente aos bens de capital e insumos.

A consolidação do setor industrial brasileiro vem só mais tarde, quando o mesmo consegue manter-se sem o capital cafeeiro. Antes disso e como início, o Estado inicia forte intervenção econômica para acumulação de capital, adotando uma política econômica restritiva para estimular a indústria.

Socialmente, a Era Vargas estabelece direitos ao trabalhador assalariado, questão nunca antes levantada com tanta veemência, ditando requisitos mínimos de civilização para trabalhadores urbanos e rurais de forma bastante burocrática, mas que não pode ser fortemente criticada por não ter um histórico para se basear. A criação de um Estado de Direito foi processo moroso, mas que se pode colher os frutos até mesmo nos dias de hoje. Entretanto, uma deficiência da época é elucidada na contraposição do Estado Moderno e do governo autoritário de Vargas. A construção do Estado Moderno foi fundamentada no bem estar social através da criação de diversas leis reguladoras voltadas para o povo, entretanto, a cúpula do governo Vargas de caráter autoritário interpreta o povo como sendo irracional e que

não sabe viver em democracia/liberdade, sendo difícil avançar na elaboração de um Estado Moderno com tantos pré-conceitos relacionados à sociedade.

O primeiro governo Vargas deixou a democracia para ser respeitada pelos partidos políticos posteriores a ele, além da ideia de sociabilidade enraizada na população, fortalecida pela força sindical, permitindo firmes questionamentos principalmente sobre questões trabalhistas.

Dutra assume o próximo período de governo através de eleição por um curto período, retomando Vargas ao poder em 1951 através de uma campanha pautada no nacionalismo e populismo. Quando assumiu o governo em seu segundo mandato, Vargas não conseguiu mais agradar aos partidos de direita e esquerda em virtude dos interesses serem totalmente antagônicos e acaba gerando um descontentamento geral culminando no pedido de renúncia do presidente. O mesmo acaba cometendo o suicídio, deixando um grande legado político para os governos posteriores.

Juscelino Kubitschek, em 1955 é que vai retomar o projeto de desenvolvimento brasileiro com maior força, mas ainda com o processo de industrialização restringida no início de seu mandato. Posteriormente o Brasil sofre um Golpe Militar em 1964, tendo como características processos burocráticos, e um governo provedor e autoritário, seguido de planos de desenvolvimento estratégico e nacional, visando investimentos no setor produtivo, melhoria nos setores da educação, saúde e saneamento, assim como projetos de integração nacional e avanço estrutural.

A Industrialização no Brasil é um fato que não pode ser estudado através de um único período, afinal, ele tem seu início e meio, mas seu fim não é vislumbrado, pelo menos não nos dias de hoje, tendo inúmeras vertentes a serem levantadas. O foco neste trabalho foi o seu nascimento, onde apesar das dificuldades enfrentadas pelo Governo Vargas, o mesmo conseguiu dar a sustentação necessária para que governos posteriores pudessem aprimorar o que foi implantado inicialmente, de forma a realizar planejamentos mais concretos do que aqueles da Era Vargas, onde não se tinha um entendimento claro da melhor maneira de projetá-los para então alcançá-los. Por isso o período de 1930 a 1945 pode ser visto como um movimento desenvolvimentista inicial, invocando requisitos de grande valor para retirar a industrialização no Brasil do posto de restringida, proporcionando um crescimento econômico nacional gradual.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 13. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização no Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. Porto Alegre, 2009.

BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias**. Bauru: USC, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 1982.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 28, June 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782007000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: nov. 2012.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BUENO, Newton Paulo. A crise política do final da era Vargas: uma interpretação sob a ótica da economia política neo-institucionalista. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 36, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612006000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612006000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: nov. 2012

CARDOSO, Adalberto. A Brazilian utopia: Vargas and the construction of the welfare state in a structurally unequal society. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 5, Selected Edition 2010. Disponível em: <[http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582010000100006&lng=en&nrm=iso](http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: nov. 2012

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 46, n. 2, Dec. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: nov. 2012

CHIBBER, Vivek. ¿Revivir el Estado desarrollista? El mito de la "Burguesía Nacional". **Doc. aportes adm. pública gest. estatal**, Santa Fe, n. 11, dic. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-37272008000200001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-37272008000200001&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: nov. 2012.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil 1930/1960**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1981.

FERNANDEZ, O. S. **A evolução da economia brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. O mito do populismo econômico de Vargas. **Rev. Econ. Polit**, São Paulo, v. 31, n. 1, Mar. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572011000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: nov. 2012.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

\_\_\_\_\_. **O colapso do populismo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: nov. 2012.

REYES-RICON, Maya et al. New configuration of the Brazilian state: liberty and development in the evolution of government in Brazil. **BAR, Braz. Adm. Rev.**, Curitiba, v. 7, n. 4, Dec. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1807-76922010000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-76922010000400007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: nov. 2012.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens das indústrias no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

ROSSETTI, José Paschoal. **Economia brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1983.

SOSA DE LEON, Mireya. Populismo y "Getulismo" en el Brasil de Getulio Vargas, 1930-1945/1950-1954. **TF. [online]**. oct. 2004, vol.22, no.88 [citado 20 Mayo 2012], p.469-512. Disponível em: <[http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0798-29682004000400005&lng=es&nrm=iso](http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-29682004000400005&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: nov. 2012

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira, origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Aloísio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato. **Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945**. Brasília: Ipea, 2010.